

Tempo de transição



Uma das principais virtualidades do modelo de operacionalização dos PIICIE apoiados pelo NORTE 2020 foi a flexibilidade dada a cada Entidade Intermunicipal e Município para desenhar as suas intervenções de acordo com as características específicas e distintivas da sua comunidade escolar e

território. Para ilustrar a variedade das iniciativas apoiadas, este número do boletim apresenta dois projetos de promoção do sucesso educativo realizados no município de Vale de Cambra e na CIM do Alto Minho, bem como uma visita de estudo de representantes dos municípios e das escolas das Terras de Trás-os-Montes.

Incluímos ainda algumas notas sobre a relação entre os PIICIE ou os futuros planos intermunicipais de promoção do sucesso escolar (PIPSE) e as competências dos municípios e das entidades intermunicipais na educação. Estes instrumentos de planeamento e de ação para a promoção do sucesso escolar constituem expressões do alargamento da intervenção das autarquias, enriquecendo o exercício das competências legalmente estabelecidas.

Vivemos uma fase de transição entre períodos de programação. A CCDR-N submeteu recentemente à Comissão Europeia uma primeira proposta do PO NORTE 21/27. Tendo em conta o prazo previsto para aprovação dos PO pela Comissão Europeia e a necessidade de regulamentação complementar, torna-se fundamental estabilizar os diversos exercícios de planeamento regional e intermunicipal em curso, no sentido de se poder chegar ao início do próximo ano em condições de avançar com a publicação de concursos e convites.

Assim e no que respeita especificamente às iniciativas no campo da educação, enquanto procedemos à conclusão de boa parte das operações dos PIICIE, importa prosseguir a preparação dos PIPSE, procurando definir caminhos eficazes para a melhoria da educação na Região.

Júlio Pereira

Vogal da Comissão Diretiva do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

VALE DE CAMBRA: PROJETO RAÍZES

[PÁG. 2-3]

ALTO MINHO: “BRINCA@CIÊNCIA” – PROMOVER A CULTURA CIENTÍFICA EM MEIO ESCOLAR

[PÁG. 4-5]

TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES: VISITA A FRANÇA

[PÁG. 6-7]

OS PIICIE/PIPSE E A INTERVENÇÃO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL NA EDUCAÇÃO

[PÁG. 8-10]

COORDENAÇÃO TÉCNICA CCDR-NORTE/ Secretariado Técnico PESSOAS (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL

Unidade de Apoio à Estratégia de Comunicação do NORTE 2020

SUBSCREVA O BOLETIM:

▶ CLIQUE AQUI

Projeto RAÍZES nas escolas de Vale de Cambra



O Projeto Raízes nasceu em junho de 2018, enquadrado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da Área Metropolitana do Porto (AMP). É uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, em parceria com o Agrupamento de Escolas do Búzio e fundamenta-se numa abordagem precoce e preventiva do insucesso escolar, resultando de uma resposta concertada entre os agentes educativos concelhios.

Este projeto é dinamizado por uma equipa multidisciplinar, que tem vindo a especializar-se no âmbito desta intervenção, constituída por duas Psicólogas, uma Terapeuta da Fala e outros recursos técnicos disponibilizados pela autarquia.

Assim, e com o propósito de acomodar a equipa de trabalho e todos os intervenientes associados ao projeto, desenvolveu-se um plano de raiz para a requalificação de um edifício contíguo às instalações da Câmara Municipal. Para este efeito solicitou-se a colaboração do município, através da disponibilização da Arquiteta, que se responsabilizou pelo planeamento das instalações.

A requalificação permitiu a criação de salas devidamente equipadas, verificando-se a conclusão da obra em Junho 2018. Para além desta empreitada, foi adquirido todo o equipamento mobiliário para apetrechamento do espaço, assim como o equipamento informático.

Avaliação e intervenção individualizada

O principal foco de atuação do Projeto Raízes tem sido a avaliação e a intervenção individualizada com crianças que frequentem o último ano da Educação Pré-Escolar, o 1.º Ciclo e o 5.º ano do 2.º Ciclo do Ensino Básico, que evidenciem dificuldades na aprendizagem, de natureza comportamental, emocional e social ou outras fragilidades comprometedoras do seu desempenho escolar e desenvolvimento global.

A formalização do pedido de integração da criança no Gabinete de Avaliação e Intervenção Raízes (GAIR) é acompanhada pelo diagnóstico de necessidades, seguindo-se o encaminhamento para a especialidade de Psicologia e ou Terapia da Fala. A avaliação pode originar ou não a proposta de um plano de intervenção, cuja duração é variável (3, 6 ou 9 meses). As sessões de intervenção têm uma duração mínima de 45 minutos e uma frequência semanal.

Indispensáveis e fundamentais, para o processo de avaliação e intervenção especializada, são as provas de avaliação bem como materiais de intervenção aferidos para este efeito e que foram adquiridos para o GAIR.

No âmbito de uma intervenção multidimensional, as famílias, a escola e a comunidade têm também um lugar de destaque no Projeto Raízes, contando-se com a dinamização de ações de sensibilização, capacitação e mobilização destes agentes educativos, enquanto elementos determinantes no projeto de vida da criança.

A operacionalização do Projeto Raízes sustenta-se, ainda, numa articulação periódica com o corpo docente, Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e através da consultoria em Pedopsiquiatria e Pediatria do Desenvolvimento.

No ano escolar 2021/2022, a Câmara Municipal de Vale de Cambra investiu na continuidade do projeto, reforçando a capacidade de resposta do GAIR e disponibilizando novas iniciativas num contexto de intervenção em grupo. Paralelamente, deu-se continuidade às ações dirigidas ao pessoal docente e não docente, assim como a aposta na intervenção junto das famílias, em particular, e da comunidade, em geral.

Programas em sala de aula

As crianças e os alunos têm beneficiado de programas coletivos em contexto de sala de aula, nomeadamente, o programa de relaxamento, de diferenciação emocional, de promoção de competências pessoais e sociais e de yoga. No ano 2, devido às condicionantes impostas pela pandemia, foram disponibilizados os programas de yoga através de vídeos, previamente realizados pelas professoras de yoga e colocados num grupo do *Facebook*. No ano 3, verificamos que tínhamos que nos reinventar novamente e apostamos na criação de materiais de apoio orientadores para as famílias, tendo sido desenvolvidas temáticas como a gestão de emoções, hábitos de leitura nas crianças em idade pré-escolar, dicas de segurança *online*, estratégias facilitadoras da leitura e da escrita, *cyberbullying*, entre outras.

No presente ano letivo, disponibilizou-se o programa Pim Pam CLum, destinado a crianças do último ano da educação pré-escolar, com a pretensão de promover competências de literacia emergente, e o programa Crescer Saudável-Mente, destinado aos alunos do 4.º ano de escolaridade, uma vez que objetiva o desenvolvimento de competências pessoais e socioemocionais, facilitadoras da transição de ciclo.

Impacto das ações



O impacto das ações realizadas é avaliado através da auscultação dos diferentes destinatários, pelo

preenchimento de questionários que pretendem aferir a sua satisfação com o Projeto Raízes, podendo observar-se um aumento da satisfação ao longo dos últimos anos.

Como principais forças do Projeto Raízes, consideram-se:

- a sinergia entre o Projeto Raízes e o Agrupamento de Escolas do Búzio;
- o trabalho colaborativo e periódico com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e com a EMAEI;
- a coadjuvação dos Docentes nos processos de avaliação e intervenção;
- a procura espontânea do serviço por parte dos cuidadores;
- o *feedback* positivo dos cuidadores, reconhecedor da relevância da intervenção no processo educativo da criança;
- a especialização das técnicas afetas ao Projeto Raízes.

Reconhecem-se, igualmente, fragilidades ao longo do percurso, como são exemplo:

- a interrupção dos processos de avaliação/intervenção, por força do aumento do número de casos de Covid-19 no concelho de Vale de Cambra;
- a impossibilidade de dar resposta atempada a todos os pedidos de integração no GAIR, que motivou o encaminhamento de casos para o SPO;
- a indisponibilidade de alguns cuidadores para uma implicação ativa no processo.

A Equipa Multidisciplinar do Projeto Raízes sente-se grata à comunidade educativa de Vale de Cambra pelo acolhimento do Projeto Raízes e pela oportunidade de uma ação conjunta. O espírito colaborativo, sentido desde o primeiro momento, em muito contribuiu para o sucesso do RAÍZES, fruto da sinergia entre autarquia, Agrupamento de Escolas do Búzio, entidades parceiras, docentes, assistentes operacionais, técnicos especializados, famílias e comunidade em geral.

“Não sabemos o que o futuro nos reserva, mas escolhemos olhar em frente com otimismo.”

Equipa Multidisciplinar do Projeto Raízes
Câmara Municipal de Vale de Cambra



“Brinca@Ciência”: Promover a cultura científica em meio escolar no Alto Minho



As práticas pedagógicas têm-se vindo a transformar, sendo cada vez mais direcionadas para um ensino prático, relacionado com o quotidiano, de forma a desenvolver nos alunos o gosto pela aprendizagem, sobretudo o “aprender-fazendo”, e promover a sua participação ativa em projetos ou atividades científicas.

É neste âmbito que surge o projeto “Brinca@Ciência”, integrado na operação “+REDE – Coordenação, Dinamização, Acompanhamento e Monitorização Transversal do PIICIE Alto Minho - School4All”, financiada pelo FSE (Fundo Social Europeu) – PO Norte 2020 e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho.

Direcionado para alunos dos 1º e 2º ciclos dos agrupamentos de escolas do Alto Minho, este projeto procurou promover e motivar a aprendizagem através do ensino experimental, utilizando novas metodologias, conteúdos e experiências do quotidiano.

O projeto “Brinca@Ciência” teve como objetivos principais:

- i. Adequar o conhecimento teórico e as práticas pedagógicas à realidade do quotidiano, promovendo a participação ativa dos alunos em projetos ou atividades científicas.
- ii. Promover a atualização e aplicação dos conhecimentos, nas vertentes das áreas das ciências físico-naturais.
- iii. Enriquecer o processo de ensino/ aprendizagem tornando a prática escolar na área das ciências mais atrativa quer para docentes, quer para discentes.

- iv. Envolver os docentes em atividades práticas esclarecedoras de fenómenos científicos e incentivá-los ao recurso a práticas laboratoriais.
- v. Fomentar a prática científica e o interesse pela ciência.
- vi. Apresentar diferentes estratégias de ensino e alternativas de aprendizagem das ciências, com demonstração de fenómenos físico-químicos e biológicos e recurso a métodos e materiais do quotidiano.

A primeira fase de implementação deste projeto consistiu no desenvolvimento de diversos suportes pedagógicos direcionados para o ensino experimental das ciências no 1º ciclo (3º e 4º anos de escolaridade) e no 2º ciclo (5º e 6º anos), respetivamente, das disciplinas de Estudo do Meio e de Ciências Naturais. O diverso material produzido, que se encontra disponível no website <http://www.brincaciencia.altominho.pt>, incluiu um folheto informativo de divulgação do projeto e vídeos tutoriais de atividades experimentais para implementação em contexto de sala de aula ou mesmo à distância, nomeadamente:

- i. 12 vídeos para alunos do 3º e 4º anos, com atividades práticas relacionadas com temáticas da disciplina de Estudo do Meio, como, por exemplo, a mecânica simples (alavanca, balança, rodas dentadas, molas e elásticos, entre outros); água, ar, corrente elétrica e magnetismo; ou experiências com o som e a luz. É de realçar que cada experiência é acompanhada por dois protocolos, um para o aluno e outro para o professor, e que todos os conteúdos foram criados tendo em conta os planos de estudo de cada um dos anos.





- ii. 12 vídeos com atividades lúdico/científicas para alunos do 2º ciclo do EB, que integram a construção de brinquedos com materiais reciclados e reutilizados, orientados para a área curricular das Ciências Naturais e baseados no ensino CTEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática), procurando relacionar o conhecimento teórico e as práticas pedagógicas com a realidade do quotidiano.
- iii. 3 vídeos tutoriais com conteúdos de sensibilização para regras de higiene a adotar em contexto escolar sobre o tema da COVID-19. Estes vídeos explicam como se pode fazer sabão, álcool-gel e a extração de óleo essencial de lavanda para aromatização destes produtos ou de outros detergentes utilizados na desinfeção das mãos e superfícies. O objetivo é que os alunos aprendam a sintetizar os seus detergentes em sala de aula, com materiais e reagentes simples, e, simultaneamente, apelar para a importância da lavagem e higienização das mãos para evitar a propagação da COVID-19.

Com a ocorrência da pandemia da COVID-19 e os condicionalismos decorrentes das medidas preventivas de distanciamento social impostas pela Direção-Geral de Saúde, tornou-se fundamental introduzir neste projeto novas formas de ensino e aprendizagem através de soluções inovadoras, criativas e inclusivas, tendo sido desenvolvidos, para o efeito, conteúdos em formato digital.

De referir que todos os conteúdos foram editados em português e legendados, para garantir uma maior abrangência na comunicação desta atividade, potenciando a sua divulgação nacional e junto de públicos com incapacidade auditiva.

Numa segunda fase, foram realizadas ações de capacitação direcionadas para professores de várias escolas do Alto Minho (uma por cada área de abrangência dos centros de formação contínua de professores existentes na região), tendo em vista a apresentação deste projeto e a promoção de práticas de ensino experimental, com a demonstração de exemplos práticos, aplicando metodologias adequadas e elaborando protocolos e resoluções experimentais.

O “Brinca@Ciência” foi, posteriormente, implementado nas escolas envolvendo 224 alunos dos 1º e 2º ciclos e 149 professores, tendo sido realizada, em paralelo, nos

19 agrupamentos escolares do Alto Minho, uma exposição com o nome do projeto, onde os alunos tiveram a oportunidade de reciclar plástico, reutilizando-o na construção de novos objetos.

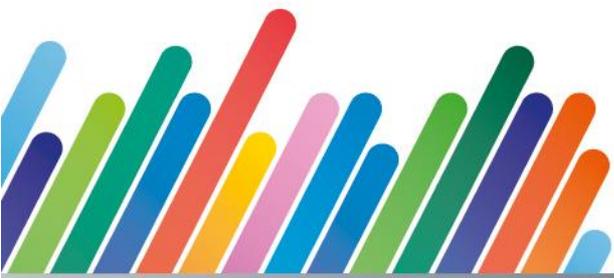
O projeto foi articulado com os municípios e com as escolas (direção do agrupamento), tendo sido indicado um interlocutor para melhor organizar as sessões em contexto escolar.

A avaliação foi efetuada através do número de participantes e foi solicitado que cada escola evidenciasse a atividade nas suas estruturas pedagógicas e também em meios de comunicação ou redes sociais. Com o objetivo de se poder dar continuidade ao projeto foi criado um site com os conteúdos pedagógicos que poderão ser partilhados com as estruturas educativas nos próximos anos letivos.

Em suma, tratou-se de um projeto que procurou, de uma forma lúdica e participativa, com recurso a novas tecnologias, motivar e promover a cultura científica em meio escolar através do método “aprender-fazendo”.

A aposta na componente digital tornou, sem dúvida, o projeto mais resiliente e até mais eficaz do ponto de vista da sua sustentabilidade futura ao contribuir para a continuidade da apropriação de conhecimentos e, consequentemente, tornar mais perenes os resultados.

A coordenação do PIICIE – “Alto Minho School4All”



As Terras de Trás-os-Montes visitam França para conhecer boas práticas no combate ao insucesso e ao abandono escolares



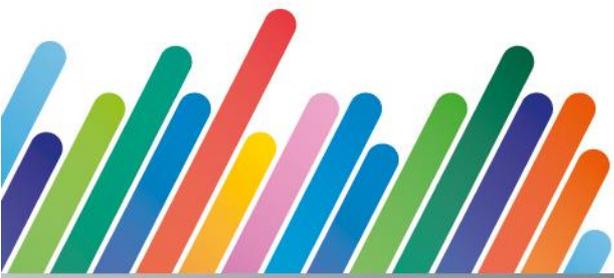
A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) organizou, no final do mês de março, uma visita a estabelecimentos escolares da região Nouvelle-Aquitaine, em França, no âmbito do Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar das Terras de Trás-os-Montes (PICIE-TTM). A ação envolveu 25 pessoas, entre diretores de agrupamentos, vereadores da educação dos nove concelhos que integram esta Comunidade, o Delegado Regional da Educação do Norte, o representante do

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, o primeiro secretário e o técnico de educação da CIM-TTM, todos movidos pelo mesmo desígnio que é o da promoção do sucesso educativo. É neste campo que esta iniciativa ganha importância acrescida, uma vez que permitiu aos participantes conhecer o sistema educativo francês e contactar com boas práticas implementadas no combate ao insucesso e ao abandono escolares.

Foram três dias de contacto com a comunidade escolar desta região, numa altura em que se assinalava a “Semana da Perseverança escolar”. Perseverança é de facto palavra de ordem quando se aborda a temática do insucesso e abandono escolares, a que se associam a autoestima, a recuperação e o projeto de vida, alicerçados num modelo colaborativo, onde toda a comunidade escolar é chamada a intervir.

Isso mesmo pôde constatar a delegação das TTM durante as visitas a cinco instituições de ensino e no contacto com profissionais e alunos: *“Para além de conhecermos um sistema educativo diferente e escolas de tipologias diferentes, tivemos a oportunidade de falar e trocar ideias com professores, coordenadores e diretores de estabelecimentos escolares que desenvolvem ações e projetos tendo como objetivo lutar contra o abandono escolar e se, de imediato, não temos a oportunidade de aplicar nas nossas escolas de origem alguns destes projetos, trouxemos muitas ideias e tivemos também a oportunidade única de conversar sobre o problema do abandono escolar com professores e responsáveis que têm experiências e vivências diferentes”*, enfatiza Teresa Sá Pires, Diretora do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, de Bragança.

A semana de trabalho teve início no *Lycée des Métiers d’art Toulouse-Lautrec*, onde a equipa foi recebida pelo Cônsul de Portugal em Bordéus, Mário Gomes, e pela Diretora Adjunta da Academia de Bordéus, Solène Berrivin. Foi o primeiro contacto com o sistema de ensino francês, que permitiu constatar a forma como está organizado. Os níveis de educação e ensino são geridos por entidades diferentes: maternelle (pré-escolar) e escola primária (do 1º ao 5º ano) pelos Municípios, *Collèges* (6º ao 9º ano) pelos Departamentos e *Liceus* (10º ao 12º ano) pelas Regiões. No que concerne ao ensino secundário existem três grandes áreas: a geral, a tecnológica e a profissional. Esta organização contribuiu para que 90% dos alunos concluam o ensino secundário e tenham aproveitamento *no Baccalauréat*, exame do 12º ano.



O dia terminou no *Lycée Victor Louis de Talence*, que conta com dois programas de recuperação de alunos em situação de abandono: um programa para alunos do 3º ciclo, com a duração de um ano letivo, e outro para os dos 11º e 12º anos, entre os 17 e 25 anos de idade, com pelo menos seis meses de abandono escolar. Estes jovens estão integrados num “microliceu”, com turmas de 15 alunos. De acordo com os dados disponibilizados, a taxa de sucesso no *baccalauréat* ronda os 80%. Existem cerca de 70 “microliceus” em todo o país.

No *Collège Jacques Prevert de Mimizan*, que acolhe alunos do 6º ao 9º ano, e no Liceu Profissional Agrícola a delegação ficou a par dos programas aplicados na prevenção do abandono escolar.

Em *Pouillon*, a comitiva passou pelo *Collège Rosa Parks* e teve oportunidade de assistir a uma aula de 6º ano e observar a utilização de técnicas de neurociências e práticas não formais para encorajar a perseverança.

O grupo das Terras de Trás-os-Montes visitou também o *Lycée Jean Taris Peyrehorade*, uma escola profissional que prepara e certifica mecânicos aeronáuticos.



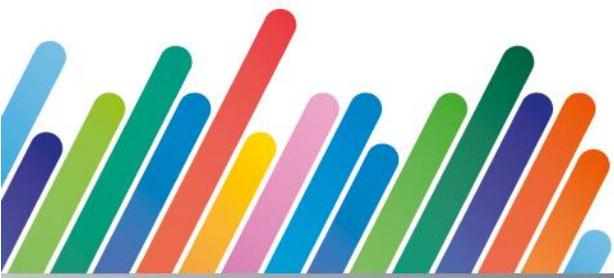
Foram dias de intenso trabalho e de troca de experiências, que, para a Vereadora da Educação do Município de Mirandela, Vera Preto, permitiram concluir que *“é imprescindível diagnósticos precoces, com individualização das intervenções e responsáveis técnicos e pedagógicos com disponibilidades atribuídas para a concretização do objetivo de escolher o melhor para o percurso de cada aluno, num verdadeiro trabalho em rede e integrado nas potencialidades do território.”*

A organização destas ações reveste-se para a CIM-TTM de especial relevância, por se tratar de uma excelente via para proporcionar aos decisores institucionais e aos políticos locais a observação no local do que está a ser feito em França e as medidas que o sistema de ensino francês desenvolve para combater o abandono escolar.

Complementarmente, esta iniciativa permitiu um melhor conhecimento entre os participantes na visita, o que ajuda a promover o necessário trabalho de cooperação entre escolas, municípios, CIM e Ministério de Educação.

Rui Caseiro

Primeiro Secretário da CIM das Terras de Trás-os-Montes



Os PIICIE/PIPSE e a intervenção municipal e intermunicipal na educação



Em tempo de conclusão da generalidade das operações dos PIICIE e de preparação dos PIPSE (planos intermunicipais de promoção do sucesso escolar), que constituem formas específicas de ação municipal e intermunicipal na educação, enunciamos algumas notas sobre a descentralização neste setor.

1. *Década após década* tem aumentado a intervenção do poder local democrático na concretização das políticas e na prestação de serviços no campo da educação. Esta descentralização, promovida em nome do aprofundamento da democracia e da melhoria da educação, tem sido incremental e cadenciada pela legislação mais importante, de que destacamos o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março, a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

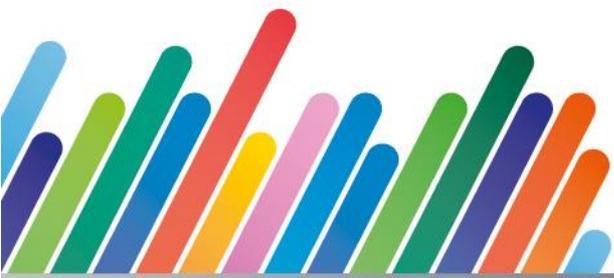
2. O **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro**, dá um novo passo, ao redefinir a base comum de competências do poder local, alargando-as ao ensino secundário, para corresponder à abrangência atual da escolaridade obrigatória, e ao prever intervenções específicas das entidades intermunicipais, designadamente no planeamento da rede educativa e dos transportes escolares. São incluídas vertentes como o planeamento (carta educativa, transportes escolares, rede de oferta de educação), o investimento e a gestão (apoios e complementos educativos, pessoal não docente, funcionamento de edifícios escolares e segurança escolar). O início de aplicação geral das novas regras acabou por ser fixado em 1 de abril de 2022.

Este diploma não explicita a intervenção dos municípios e das entidades intermunicipais em dimensões mais políticas que enquadrem iniciativas como os PIICIE/PIPSE ou os planos municipais de educação; no entanto, estabelece, por exemplo, que “a carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo” (n.º 3 do artigo 7.º). Na prática, os métodos e os conteúdos das decisões sobre o planeamento da rede e da oferta educativa, a arquitetura escolar ou a eficiência energética, entre muitas outras, não são neutros nas suas implicações educativas e organizacionais.

3. Como as anteriores, esta fase de descentralização é marcada por **tensões e controvérsias**, pois onde uns realçam riscos, outros assinalam oportunidades: uns detetam ameaças à autonomia das escolas, outros acentuam as condições para uma colaboração mais intensa entre as escolas e as comunidades locais; uns temem um aumento da desigualdade territorial (“escolas pobres em comunidades pobres”), outros observam que a centralização não tem garantido a efetiva equidade no acesso aos recursos e que a resposta local se tem mostrado mais eficaz; uns veem um prejuízo para a regionalização, outros reconhecem um passo no mesmo propósito descentralizador; uns sinalizam a exiguidade dos recursos técnicos de algumas autarquias, outros defendem que temos pessoas e meios para enfrentar essa dificuldade.

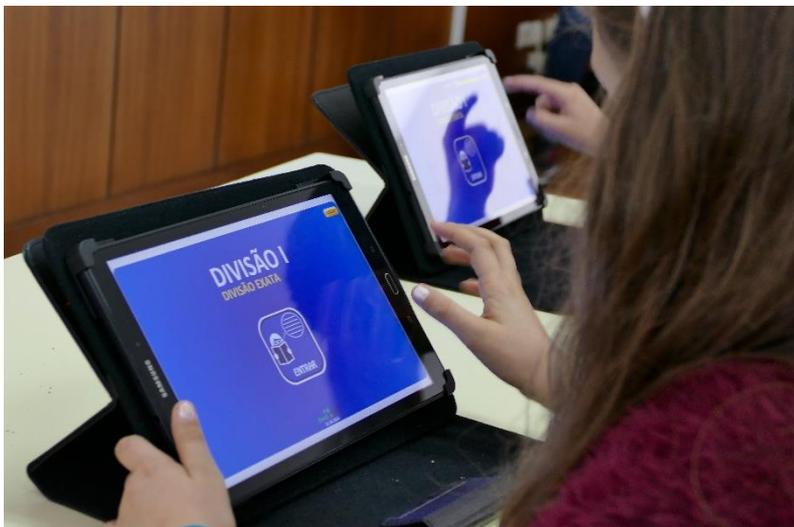
Sobretudo, voltamos a encontrar a resistência, fundada em experiências, a assumir responsabilidades financeiras insuficientemente conhecidas e/ou recompensadas, o que reforça a importância da negociação.

Sabemos que é difícil estabelecer que competências devem ser asseguradas por todos os municípios e entidades intermunicipais e encontrar uma solução equilibrada entre a grande diversidade de área, população, recursos e



prioridades e a vontade de dar novos passos na descentralização, garantindo que determinadas atribuições são efetivamente exercidas em todo o território.

4. A intervenção municipal e intermunicipal é mais rica do que se esperaria do simples exercício das competências legalmente estabelecidas. De facto, a generalidade dos municípios e das entidades intermunicipais desenvolve **iniciativas que vão além das competências fixadas**, por decisão própria ou em resposta a solicitações das escolas e da administração central. Estas iniciativas, nem sempre enquadradas em planos coerentes, reforçam e enriquecem o exercício das competências obrigatórias e experimentam caminhos que poderão vir a ser generalizados.



Na pluralidade das práticas municipais, é possível detetar elementos de uma tendência: a progressiva transformação do município de “mero executor local de uma política educativa estatal” em promotor de “políticas educativas municipais”, coordenador e dinamizador, com uma intervenção autónoma (A. Sousa Fernandes). Desta forma, evolui-se de uma “lógica de operacionalidade” para uma “lógica de projeto” e avança-se na territorialização das políticas educativas, ou seja, na ação política e social que mobiliza os agentes locais para o diagnóstico e para a conceção e a realização de respostas específicas e adaptadas aos contextos.

Nesta linha, as instâncias locais de participação, como os conselhos municipais de educação, podem ser uma base de auscultação e de debate das opções políticas locais, bem como de promoção da necessária colaboração entre as escolas. Um princípio guiará todos: a escola é um serviço local aberto ao mundo, é uma instituição da comunidade para aprender a humanidade.

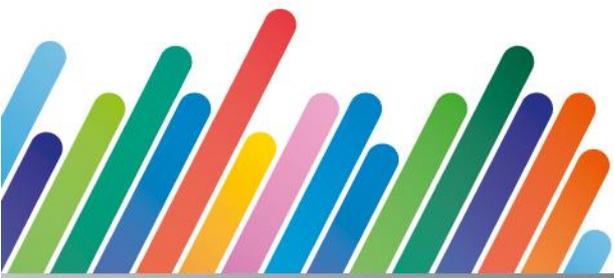
5. Entre os projetos municipais e intermunicipais que temos apresentado neste boletim – mesmo assumindo que nos artigos se procura realçar os lados mais positivos – podemos reconhecer perspectivas integradas de ação, que estabelecem pontes com os projetos educativos das escolas e com outras áreas de ação local, como o apoio social, a saúde, a cultura e o desporto.

Os PIICIE, muitos diferentes nas áreas abrangidas e nos recursos mobilizados, constituem **um exemplo do alargamento da ação dos municípios e das entidades intermunicipais**, pois vão além das competências então e agora obrigatórias e significam o compromisso alargado com a educação para todos.

Quanto mais se reconhece a associação entre a situação socioeconómica das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares e quanto mais a escola procura agir de forma consequente, mais importante é o apoio da comunidade local, em especial do município. A escola só pode responder cabalmente à multidimensionalidade dos problemas que enfrenta se constituir um nó de uma rede local de cooperação de instituições e de pessoas.

6. De modo específico, os PIICIE implicam um reforço da **interação entre as autarquias locais e as escolas**. Sabemos que este caminho é difícil, pois, além das exigências do trabalho em conjunto, que experimentamos em todos os níveis, a proximidade também é um desafio: na escala local, a cooperação ou o confronto são mais diretos, os interesses mais visíveis, a segregação económica e social mais notória, a exigência de compromissos mais premente.

Por isso, não deixando de centrar a avaliação dos projetos dos PIICIE nos efeitos observáveis nos percursos escolares das crianças e dos jovens que beneficiam diretamente dos apoios, interessa-nos considerar também os resultados na



organização local da educação, na relação entre atores, nas redes de trabalho que criam e sustentam a confiança. O que temos concluído desta avaliação indica-nos que é necessário continuar, porque o que se semeia pode demorar a colher.

Tentamos resumir o desafio maior na relação entre poder local e escolas: promover um alargamento da ação municipal e intermunicipal que respeite e incentive a autonomia institucional das escolas e a autonomia profissional dos docentes. Poder e autonomia que se revelam na capacidade de realizar melhor a missão da escola em cada contexto.

Neste sentido, importa transferir para as escolas as competências apropriadas e cuidar da cooperação entre as escolas e os municípios, com planeamento e coordenação da ação, regras claras e protocoladas quanto necessário, transparência e comunicação, acompanhamento e avaliação.



7. Os PIICIE têm contribuído, cada um à sua maneira, para duas dimensões importantes na descentralização. A primeira: a dotação dos municípios e das entidades intermunicipais de **recursos técnicos** necessários para a boa concretização das suas iniciativas e incumbências, designadamente de técnicos que apoiam diretamente as escolas. Também desta forma se concorrerá para o rejuvenescimento da administração pública e para uma distribuição mais equilibrada de técnicos pelo território.

A segunda: a crescente valorização da **escala intermunicipal**, que tem permitido aprendizagem organizacional e desenvolvimento de serviços

partilhados. Na realidade, o apoio técnico intermunicipal, a partilha de alguns recursos especializados e a colaboração entre os municípios têm-se revelado profícuos.

8. Se a descentralização é exigente para a administração local também o é para a **administração central**, pois requer que esta substitua a execução direta pelo exercício de funções como a definição de princípios comuns orientadores, o planeamento atempado e fomentador da participação, o acompanhamento técnico necessário e o apoio requerido, evitando o risco do alheamento.

9. Também na concretização da descentralização importa recorrer a dispositivos de **acompanhamento e de avaliação** que contribuam para garantir a eficácia, a equidade e a legalidade da ação, aferidas por padrões de qualidade do serviço educativo, o que passa pelo acompanhamento institucional, previsto nos diplomas legais, pela monitorização e avaliação de medidas e programas, por observação e estudos académicos, pela democracia em ação.

José Maria Azevedo

CCDR-N/Norte 2020